



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
19ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

Processo nº 0814527-65.2016.8.20.5001

Classe: RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

Requerente: SAFE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA

DECISÃO

Vistos etc.

A empresa **SAFE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 09.170.809/0001-36, com endereço na Rua Perito José Lourenço, nº 287, no Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, através de seus advogados regularmente constituídos, promove, perante este juízo, Pedido de Recuperação Judicial, com fundamento no art. 47 e seguintes da lei nº 11.101/05, e sob os argumentos descritos na exordial.

Em apertada síntese, expõe que atualmente é responsável pela geração de cerca de 2.000 (dois mil) empregos diretos, além de centenas de empregos indiretos, havendo viabilidade da reorganização e consequente recuperação da empresa.

Assevera que continua em plena atividade mantendo uma gama de clientes satisfeitos com seus serviços, o que lhe garante atualmente um faturamento mensal de mais R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

A inicial veio acompanhada dos documentos, a exemplo do balanço patrimonial ao final do ano de 2013 (ID 5659851), balanço patrimonial ao final do ano de 2014 (5659658), fluxo de caixa do ano de 2015 (ID 5659838), contrato social e aditivos (ID 5659652), imposto de renda ano-calendário 2015 (ID 5659640), dentre outros.

Intimada para promover a emenda da inicial, juntando aos autos, a comprovação quanto ao disposto no art.48 da Lei nº 11.101/05, bem como a relação de credores nos termos exigidos no art.51, III da citada legislação, a requerente atendeu a medida (ID 5693262).

Relatei.Decido.

Primeiramente, reconheço a competência deste Juízo para conhecer e processar o presente feito, tendo em vista que o volume de negócios da empresa e sua sede se concentra nesta Capital, portanto, em plena obediência ao que estabelece o art.3º, da Lei nº 11.101/05.

Sustenta a requerente, a notória crise econômico-financeira que atravessa, conforme descrito na inicial e nos documentos juntados aos autos. Assim, atendido está o objetivo do art.47 da LRF, uma vez que a empresa deseja superar a situação de crise econômica financeira que passa, visando permitir a manutenção de sua fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, preservando a empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Constato, ainda, que foram cumpridos os requisitos do art.48 da Lei nº 11.101/05, diante da documentação acostada aos autos, atendendo também o disposto no art.51 da Norma Legal.

No tocante ao requisito insculpido no art. 48, inciso II do mencionado diploma, conforme certidão vinculada ao (ID 5693257), a requerente não obteve recuperação judicial, nos últimos 05 (cinco) anos.

Assim sendo, atendendo os requisitos legais, e nos termos do art.52 da Lei

nº 11.101/05, **defiro** o pedido formulado, para determinar o processamento da recuperação judicial da empresa **SAFE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA**, procedendo-se às seguintes determinações:

I – nomeio administrador judicial da presente recuperação judicial, o Dr. Júnior Gilberto Sottili, brasileiro, economista, com endereço à Rua Raimundo Chaves, 1981, Lagoa Nova, Natal/RN que deverá ser intimado para no prazo de 24(vinte e quatro) horas, prestar o compromisso legal e entrar em exercício.

Desde já arbitro os honorários do administrador judicial em **2,5%** (dois e meio por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial e apresentado nos documentos existentes(R\$ 4.063.666,51) e já anexados aos autos (ID 5693247), tendo em vista o permissivo estampado no §1º do artigo 24 da LRF e equivalente a R\$ 101.591,66 (cento e um mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos) - valor que se justifica tendo em vista a capacidade de pagamento da devedora, o grau de complexidade do trabalho e a relevância da causa em apreço, a ser pago pela requerente da seguinte forma:

a) R\$ 60.954,99 (sessenta mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos), nos 24(vinte e quatro) primeiros meses, sendo R\$ 2.539,79 (dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos) com início para pagamento da 1ª parcela, a contar de 05 (cinco) dias da publicação desta decisão e consequente ciência das partes;

b) R\$ 40.636,67 (quarenta mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos), ao final da recuperação, observadas as formalidades legais (art.24, §2º da LRF);

II – a dispensa a apresentação de certidões negativas para que as devedoras exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, acrescendo em todos os atos e contratos e documentos firmados pela empresa requerente, após o respectivo nome empresarial, a expressão "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL" (Art.69 da LRF);

III – ordeno a suspensão de todas as ações ou exceções contra as empresas devedoras, na forma do art.6º da LRF, tudo nos exatos termos do art.52, III da citada Norma Legal. A suspensão não excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados na forma do art.6º, §4º da LRF, cabendo aos devedores a comunicação, imediata, da suspensão das ações aos juízos competentes (art.52, §3º, da LRF);

IV – determino à empresa devedora a apresentação de contas demonstrativas mensais, enquanto perdurar a Recuperação Judicial, sob pena de destituição de seu administrador (art.52, IV, LRF);

V - a intimação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, em que as requerentes estiverem estabelecimentos, no prazo de 48(quarenta e oito) horas (art.52, V, LRF);

VI – Para fins de elaboração do quadro geral de credores, publique-se o Edital previsto no art.52, §1º da LRF no Órgão Oficial, devendo conter: a) o resumo do pedido da requerente e desta decisão; b) a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito; c) a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art.7º, §1º, da LRF, bem como para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pela devedora;

VII – Com a publicação do Edital, no prazo de 15(quinze) dias, deverão os credores apresentarem ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados;

VIII – O administrador judicial com base nas informações e documentos colhidos, publicará edital contendo a relação de credores, no prazo de 45(quarenta e cinco) dias, contados do fim do prazo previsto no §1º do art.7º, indicando o local, o horário e o prazo comum em que as pessoas indicadas na referida lei (art.8º) terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração dessa relação;

IX – Ultrapassado o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, a requerente deverá apresentar em juízo o plano de recuperação, sob pena de convalidação em falência;

X – Determino ainda a Secretaria a expedição de ofício à Junta Comercial a fim de que seja anotada a recuperação judicial da requerente no registro competente (art.69, parágrafo único, da LRF);

P.I.C.

Natal, 09 de maio de 2016.

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente nos termos da legislação vigente)



Assinado eletronicamente por: **ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO
HERONILDES**
[https://pje.tjrj.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento
/listView.seam](https://pje.tjrj.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)
ID do documento: **5918030**



16050908054837200000005627212